



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 848 – 07 de janeiro de 2026

Abrangência: 13/12/2025 a 02/01/2026

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.790	DOU; 23/12/2025	Concede indulto natalino e comutação de pena e dá outras providências.	Dec. 12.790 (Presidência da República)
DECRETO Nº 12.797	DOU; 24/12/2025	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026.	Dec. 12.797 (Presidência da República)
DECRETO Nº 12.805	DOU; 30/12/2025	Altera o Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.	Dec. 12.805 (Presidência da República)
DECRETO Nº 12.806	DOU; 30/12/2025	Altera o Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021, para suspender a centralização gradual das atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e das pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal.	Dec. 12.806 (Presidência da República)
DECRETO Nº 12.808	DOU; 30/12/2025	Dispõe sobre a redução dos incentivos e dos benefícios de natureza tributária concedidos no âmbito da União e sobre a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa.	Dec. 12.808 (Presidência da República)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 138	DOU; 22/12/2025	Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.	Emenda Const. 138 (Presidência da República)
LEI Nº 15.284	DOU; 19/12/2025	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização do exame de mamografia.	Lei 15.284 (Presidência da República)
LEI Nº 15.285	DOU; 19/12/2025	Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para dispor sobre a especialidade de polícia judicial no âmbito das carreiras do quadro permanente de servidores do Poder Judiciário.	Lei 15.285 (Presidência da República)
LEI Nº 15.288	DOU; 19/12/2025	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos	Lei 15.288 (Presidência da República)
LEI Nº 15.295	DOU; 22/12/2025	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal.	Lei 15.295 (Presidência da República)
LEI Nº 15.299	DOU; 23/12/2025	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.	Lei 15.299 (Presidência da República)
LEI Nº 15.300	DOU; 23/12/2025	Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, para a consecução eficiente e eficaz de atividades e de empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica; e altera as Leis nºs 15.190, de 8 de agosto de 2025, e 13.116, de 20 de abril de 2015.	Lei 15.300 (Presidência da República)
LEI Nº 15.306	DOU; 23/12/2025	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para conceder porte de arma de fogo aos policiais legislativos das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Lei 15.306 (Presidência da República)
LEI Nº 15.321	DOU; 31/12/2025	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.	Lei 15.321 (Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 223	DOU; 19/12/2025	Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cômputo dos limites de despesas primárias e das metas fiscais as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025.	Lei Compl. 223 (Presidência da República)

LEI COMPLEMENTAR Nº 224	DOU; 26/12/2025	Dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União; estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa; e altera as Leis Complementares nºs 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), 105, de 10 de janeiro de 2001, e 215, de 21 de março de 2025, e as Leis nºs 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.137, de 27 de dezembro de 1990.	Lei Compl. 224 (Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.328	DOU; 16/12/2025	Autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas e jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões novos ou seminovos, para renovação de frota, e altera a Medida Provisória nº 1.314, de 5.9.2025.	Med. Prov. 1.328 (Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 12	DOU; 17/12/2025	Dispõe sobre a inserção, manutenção e exclusão dos perfis genéticos de restos mortais de identidade conhecida nos bancos de dados que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.	Res. 12 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA/SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.299	DOU; 18/12/2025	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.	Instr. Norm. 2.299 (Site da Imprensa Nacional)
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.304	DOU; 26/12/2025	Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.172, de 9 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas.	Instr. Norm. 2.304 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA COSOLIDADA Nº 1	DOU; 18/12/2025	Regulamenta disposições relativas à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e aos sistemas, cadastros e estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego.	Port. 1 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 910	DJE/STJ; 23/12/2025	Prorroga a convocação do Juiz de Direito Flávio Barros Moreira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para continuar atuando como Juiz Instrutor no Gabinete do Ministro João Otávio de Noronha, pelo período de 6 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2026.	Port. 910 (Site do STJ)
PORTARIA Nº 914	DJE/STJ; 23/12/2025	Prorroga a convocação do Juiz de Direito Reginaldo Palhares Junior, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para continuar atuando como Juiz Auxiliar no Gabinete do Ministro Afrânio Vilela, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2026.	Port. 914 (Site do STJ)
PORTARIA Nº 931	DJE/STJ; 16/12/2025	Dispensa, a pedido, o Dr. Breno Rego Pinto Rodrigues da Costa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, da convocação para prestar auxílio aos Gabinetes da Segunda Seção do STJ.	Port. 931 (Site do STJ)
PORTARIA Nº 941	DJE/STJ; 18/12/2025 (<i>Republicação</i>)	Altera o art. 1º da Portaria STJ/GP n. 887/2025, que dispõe sobre prazos processuais e estabelece o horário das unidades de apoio ao plantão judiciário durante o recesso forense.	Port. 941 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.010	DJE/STJ; 26/12/2025	Divulga os dias de feriado nacional e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026.	Port. 1.010 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 462	DJE/CNJ; 17/12/2025	Institui o Programa Conecta para identificar e nacionalizar soluções tecnológicas inovadoras por meio da PDPJ-Br mediante estratégias de colaboração institucional entre os tribunais e o CNJ.	Port. 462 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 468	DJE/CNJ; 19/12/2025	Institui o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário - ano 2026.	Port. 468 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 471	DJE/CNJ; 19/12/2025	Institui o Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade para os anos de 2026 e 2027.	Port. 471 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 661	DJE/CNJ; 19/12/2025	Introduz o § 6º ao art. 1º-A da Resolução CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.	Res. 661 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 662	DJE/CNJ; 18/12/2025	Estabelece diretrizes e parâmetros para o funcionamento dos Juizados Especiais do Torcedor e dos Grandes Eventos no âmbito do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal.	Res. 662 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 663	DJE/CNJ; 18/12/2025	Altera a Resolução CNJ nº 214/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios e nos Tribunais Regionais Federais.	Res. 663 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 664	DJE/CNJ; 19/12/2025	Inclui o art. 3º-A na Resolução CNJ nº 72/2009, que dispõe sobre a convocação de juizes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos tribunais estaduais e federais.	Res. 664 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 665	DJE/CNJ; 19/12/2025	Institui a Certidão Nacional Criminal (CNC) no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.	Res. 665 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 666	DJE/CNJ; 26/12/2025	Altera o art. 74, § 1º, da Resolução CNJ nº 75/2009, para estabelecer que, nos concursos para a magistratura, o atestado médico exigido dos candidatos concorrentes às vagas reservadas a pessoas com deficiência será considerado de validade indeterminada.	Res. 666 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 667	DJE/CNJ; 26/12/2025	Dispõe sobre a atuação das Equipes Técnicas Multiprofissionais no âmbito dos tribunais de justiça e institui o Fórum Nacional das Equipes Técnicas Multiprofissionais do Poder Judiciário (Fonamulti), bem como altera as Resoluções CNJ nº 542/2023, e nº 231/2016.	Res. 667 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 669	DJE/CNJ; 26/12/2025	Altera a Resolução CNJ nº 64/2008, que dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional.	Res. 669 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 670	DJE/CNJ; 26/12/2025	Altera a Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011.	Res. 670 (Site do CNJ)

DECISÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRECATÓRIOS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 9	DJE/CNJ; 18/12/2025	A apresentação do plano anual de pagamento é obrigatória para os entes submetidos ao regime especial, previsto no art. 101 do ADCT. Para os entes do regime geral que se utilizarem dos limites previstos no § 23, do art. 100, da CF, e restarem com estoque em mora a pagar para o próximo exercício, a apresentação do plano anual de pagamento será também obrigatória, devendo do mesmo constar forma de quitação do estoque em mora remanescente. Nos demais casos, a apresentação é facultativa, tornando-se vinculante uma vez homologada pelo Tribunal, sem prejuízo de eventual pedido de revisão a ser apreciado pelo Tribunal.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 10	DJE/CNJ; 18/12/2025	Os planos de pagamento deverão observar critérios de certeza, liquidez, exequibilidade e periodicidade, vedadas previsões meramente simbólicas ou incompatíveis com a capacidade financeira do ente devedor.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 11	DJE/CNJ; 18/12/2025	O percentual de deságio aplicado nos acordos diretos não deve ser considerado como redução efetiva do estoque de precatórios para o fim de apuração do cumprimento do plano anual de pagamento, uma vez que não representa dispêndio financeiro real por parte do ente devedor.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 12	DJE/CNJ; 18/12/2025	O custeio dos acordos de precatórios firmados nos termos do art. 100, § 29, da Constituição Federal deverá ocorrer por meio de dotação orçamentária própria, conforme §28 do mesmo artigo.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 13	DJE/CNJ; 18/12/2025	A homologação de acordos de precatórios constitui ato limitado à verificação da capacidade das partes, livre manifestação de vontade, regularidade formal e ausência de vícios, não cabendo recusa fundada exclusivamente no percentual de deságio, salvo quando configurada situação excepcional que comprometa a moralidade, a legalidade e a isonomia.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 14	DJE/CNJ; 18/12/2025	Os Tribunais observarão o limite de até 50% dos recursos destinados ao regime especial para celebração de acordos, nos termos do art. 102 do ADCT, mesmo com a vigência da EC 136/2025.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 15	DJE/CNJ; 18/12/2025	Os precatórios relativos a créditos tributários permanecerão sujeitos aos parâmetros de correção e de juros que o ente devedor aplica para remunerar seu próprio crédito.	Enunciados administrativos (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 49.145	Minas Gerais; 23/12/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 49.145 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.146	Minas Gerais; 23/12/2025	Altera o Decreto nº 43.709, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA.	Dec. 49.146 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.148	Minas Gerais; 24/12/2025	Dispõe sobre a concessão de crédito outorgado de ICMS para investimento em infraestrutura viária no Estado e revoga o Decreto nº 48.207, de 16 de junho de 2021.	Dec. 49.148 (Site da ALMG)

DECRETO Nº 49.150	Minas Gerais; 30/12/2025	Altera o Decreto nº 49.118, de 3 de novembro de 2025, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2025 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.	Dec. 49.150 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.151	Minas Gerais; 30/12/2025	Altera o Decreto nº 48.633, de 7 de junho de 2023, que dispõe sobre a utilização dos documentos fiscais a que se refere o art. 91 do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 49.151 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.156	Minas Gerais; 31/12/2025	Concede isenção do ICMS incidente nas operações de importação de trens destinados à implantação do Sistema de Trens Metropolitanos de Belo Horizonte – Metrô nos termos autorizados pelo Convênio ICMS 171/25, de 5 de dezembro de 2025.	Dec. 49.156 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.157	Minas Gerais; 31/12/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 49.157 (Site da ALMG)
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 121	Minas Gerais; 19/12/2025	Acrescenta parágrafo ao art. 189 da Constituição do Estado.	Em. Const.121 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.626	Minas Gerais; 16/12/2025	Dispõe sobre a remissão de crédito tributário de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos relativo à transmissão causa mortis de valores indenizatórios pagos a título de dano-morte a vítimas do rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho.	Lei 25.626 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.637	Minas Gerais; 19/12/2025	Acrescenta artigo à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.	Lei 25.637 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.638	Minas Gerais; 19/12/2025	Acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	Lei 25.638 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.639	Minas Gerais; 19/12/2025	Acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 21.733, de 29 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.	Lei 25.639 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.640	Minas Gerais; 19/12/2025	Dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos a instituições privadas filantrópicas ou sem fins lucrativos no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado.	Lei 25.640 (Site da ALMG)

LEI Nº 25.642	Minas Gerais; 19/12/2025	Acrescenta artigo à Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ.	Lei 25.642 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.661	Minas Gerais; 23/12/2025	Institui a política estadual de atenção, apoio e orientação aos responsáveis por pessoas atípicas e dá outras providências.	Lei 25.661 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.664	Minas Gerais; 23/12/2025	Autoriza o Poder Executivo a promover medidas para a desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG.	Lei 25.664 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.665	Minas Gerais; 23/12/2025	Altera a Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica, e dá outras providências.	Lei 25.665 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.667	Minas Gerais; 24/12/2025	Autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Minas Gerais Participações S.A.	Lei 25.667 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.668	Minas Gerais; 24/12/2025	Dispõe sobre a instituição das unidades regionais de saneamento básico do Estado, cria o Fundo Estadual de Saneamento Básico de Minas Gerais – Funesb-MG – e dá outras providências.	Lei 25.668 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.669	Minas Gerais; 24/12/2025	Altera a Lei nº 18.309, de 3 de agosto de 2009, que estabelece normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cria a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e dá outras providências.	Lei 25.669 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.674	Minas Gerais; 31/12/2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de atestado de origem para militares acometidos por covid-19 e em atividade operacional durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, causada por coronavírus.	Lei 25.674 (Site da ALMG)

**ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 1.596	Minas Gerais; 30/12/2025	Dispõe sobre diretrizes para a oferta de trabalho e define parâmetros para formalização de parcerias no âmbito do sistema prisional de Minas Gerais.	Res. 1.596 (Site da Subsecretaria se Assessoria Técnica Legislativa do Governo de Minas)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 19.409	D.O.M.; 13/12/2025	Altera o Decreto nº 18.008, de 29 de junho de 2022, que “Dispõe sobre a vigência de Alvarás de Localização e Funcionamento emitidos em data anterior a 9 de janeiro de 2004”.	Dec. 19.409 (Site da PBH)
DECRETO Nº 19.410	D.O.M.; 13/12/2025	Determina o expediente dos órgãos e das entidades do Poder Executivo nas datas que menciona.	Dec. 19.410 (Site da PBH)
DECRETO Nº 19.444	D.O.M.; 30/12/2025	Define o percentual de desconto a ser aplicado para pagamentos antecipados do IPTU e das taxas que com ele são cobradas, referentes ao exercício de 2026.	Dec. 19.444 (Site da PBH)
LEI Nº 11.935	D.O.M.; 20/12/2025	Institui a Campanha Check-up Geral das Mulheres.	Lei 11.935 (Site da PBH)
LEI Nº 11.938	D.O.M.; 30/12/2025	Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2026-2029.	Lei 11.938 (Site da PBH)
LEI Nº 11.943	D.O.M.; 31/12/2025	Dispõe sobre a garantia de vacinação domiciliar para pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.	Lei 11.943 (Site da PBH)
LEI Nº 11.944	D.O.M.; 31/12/2025	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde do Homem.	Lei 11.944 (Site da PBH)
LEI Nº 11.945	D.O.M.; 31/12/2025	Obriga os estabelecimentos comerciais que menciona a disponibilizar ao cliente versão impressa de seu cardápio ou o acesso a tablet para consulta ao cardápio.	Lei 11.945 (Site da PBH)
LEI Nº 11.94	D.O.M.; 31/12/2025	Acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 11.821/25, que obriga os estabelecimentos comerciais que menciona a garantir a segurança, a saúde e o bem-estar de animais.	Lei 11.946 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.476	DJE; 16/12/2025	Dispensa juiz leigo de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.476 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.477	DJE; 16/12/2025	Constitui a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.477 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.478	DJE; 16/12/2025	Dispõe sobre a recomposição da Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Barbacena.	Port. 7.478 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.479	DJE; 16/12/2025	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.479 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.480	DJE; 16/12/2025	Dispõe sobre recomposição de turmas recursais de grupos jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.480 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.481	DJE; 16/12/2025	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.481 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.482	DJE; 17/12/2025	Prorroga os prazos previstos nas Portarias da Presidência nº 5.525, de 25 de março de 2022; nº 6.003, de 7 de fevereiro de 2023; nº 6.499, de 6 de março de 2024; nº 6.885, de 27 de setembro de 2024; e nº 7.356, de 13 de agosto de 2025, que convocam os juízes de direito que especificam.	Port. 7.482 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.483	DJE; 18/12/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.693, de 26 de julho de 2024, que "Institui o Plano de Ação para implementação do Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Linguagem Simples no âmbito do Poder Judiciário do	Port. 7.483 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.484	DJE; 18/12/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.687, de 23 de julho de 2024, que "Designa os integrantes da Rede Multinível, Multissetorial e Interinstitucional Judiciária de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - RESTAURA JR TJMG".	Port. 7.484 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.485	DJE; 18/12/2025	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Contratação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 7.485 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.486	DJE; 18/12/2025	Designa servidores para integrarem a banca avaliadora de quesitos de natureza qualitativa nas licitações na modalidade concorrência, com critério de julgamento por técnica e preço, solicitadas pela Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial.	Port. 7.486 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.487	DJE; 18/12/2025	Designa servidores para exercerem as funções de Agente de Contratação e Pregoeiro e para integrarem as equipes de apoio no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para processamento das modalidades licitatórias de concorrência, pregão e procedimentos auxiliares.	Port. 7.487 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.488	DJE; 18/12/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 7.117, de 14 de março de 2025, que "Constitui Grupo de Trabalho com vistas a promover estudos relacionados à elaboração da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 7.488 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.489 (EXTRATO)	DJE; 19/12/2025	Resolve baixar portaria instaurando processo administrativo disciplinar para apurar eventual responsabilidade pela prática de faltas funcionais.	Port. 7.489 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.490	DJE; 22/12/2025	Institui Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual para atingir os objetivos propostos na Recomendação Conjunta do Conselho Nacional de Justiça nº 2, de 17 de janeiro de 2024, referentes à implantação, ampliação e qualificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Port. 7.490 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 60	DJE; 22/12/2025	Dispõe sobre a forma, os valores e os prazos para a transferência do superávit financeiro do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ – ao Tesouro Estadual, nos termos do § 2º do art. 3º-A da Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, com redação dada pela Lei nº 25.642, de 18 de dezembro de 2025.	Disponibilizado no DJe/TJMG de 22/12/2025 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.761	DJE; 15/12/2025	Dispõe sobre a criação, a instalação e a desinstalação dos Núcleos de Justiça 4.0 que especifica e altera as Portarias Conjuntas da Presidência nº 1.589, de 29 de agosto de 2024, que "Regulamenta os Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito da Segunda Instância do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências", e nº 1.740, de 24 de outubro de 2025, que "Designa desembargadores para a composição dos Núcleos de Justiça 4.0 que especifica".	Port. Conj. 1.761 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.762	DJE; 19/12/2025 e 22/12/2025 (Republicação)	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.757, de 5 de dezembro de 2025, que "Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período que especifica".	Port. Conj. 1.762 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.126	DJE; 18/12/2025	Dispõe sobre a instalação de serventia extrajudicial no Município e Comarca de São João del-Rei, especifica novas linhas divisórias correspondentes às circunscrições geográficas do 1º e 2º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de São João del-Rei e dá outras providências.	Res. 1.126 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.127	DJE; 18/12/2025	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 805, de 4 de agosto de 2015, que "Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE, na Comarca de Belo Horizonte".	Res. 1.127 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.019	DJE; 15/12/2025	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento de Mediação do Morar Gestão de Conflitos Ltda. como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 4.019 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 49	DJE; 16/12/2025	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de prestação no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2024 a novembro de 2025.	Aviso 49 (Site do TJMG)
AVISO Nº 50	DJE; 18/12/2025	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância no prazo determinado.	Aviso 50 (Site do TJMG)
AVISO Nº 51	DJE; 18/12/2025	Divulga, para o exercício de 2026, a tabela de correspondência em Real (R\$) dos valores da verba indenizatória de transporte para o cumprimento de mandado judicial, fixados em Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - UFEMG pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.688, de 17 de julho de 2025.	Aviso 51 (Site do TJMG)
AVISO Nº 52	DJE; 19/12/2025	Avisa sobre a necessidade de alimentação semestral de dados no sistema "Justiça Aberta".	Aviso 52 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.658	DJE; 15/12/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Esmeraldas.	Port. 8.658 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.660	DJE; 15/12/2025	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Unaí.	Port. 8.660 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.661	DJE; 15/12/2025	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Governador Valadares.	Port. 8.661 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.661	DJE; 16/12/2025	Avoca para a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ a competência para instaurar procedimento disciplinar, instaura Processo Administrativo Disciplinar, designa Comissão Processante, revoga a Portaria da CGJ nº 8.651, de 26 de novembro de 2025, e convalida os atos já praticados de afastamento preventivo do Tabelião Titular, de destituição de Tabeliães Substitutos e de nomeação de Interventora.	Port. 8.662 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.663	DJE; 19/12/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Bocaiúva.	Port. 8.663 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.664	DJE; 18/12/2025	Atualiza, para o exercício de 2026, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.	Port. 8.664 (Site do TJMG)

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 148	DJE; 19/12/2025 (<i>Republicação</i>)	Altera o Provimento Conjunto nº 75, de 24 de setembro de 2018, que "Regulamenta o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e dos demais valores e dá outras providências".	Prov. Conj. 148 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 12	DJE; 16/12/2025	Recomenda a adoção de cautelas visando aprimorar a segurança dos oficiais de justiça nas atuações funcionais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Recom. 12 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.